

CORREIO POLÍTICO

Renato Alves/Agência Brasil



Intervenção vai rachando a chapa Ibaneis/Celina

O Destino dos Bolsonaros, o núcleo de Brasília

Na mesma leva de visitas que teve na semana passada, além de indicar preferência pela deputada Caroline de Toni (PL) para compor a chapa para o Senado em Santa Catarina com seu filho Carlos Bolsonaro (PL), o ex-presidente Jair Bolsonaro manifestou da Papudinha apoio à sua esposa Michelle e à deputada Bia Kicis (PL) para o Senado no Distrito Federal. Ou seja, na mesma leva Bolsonaro bagunçou os acertos políticos que vinham sendo feitos tanto em Santa Catarina quando no DF. E, em ambos os casos, mandou ao Centrão o mesmo recado. Bolsonaro parece menos interessado em ampliar suas alianças no sentido de reforçar a candidatura do senador Flávio Bolsonaro à Presidência.

Um exército contra o Supremo

Há, segundo seus aliados, dois propósitos nisso. O primeiro o patriarca manter consolidado seu sobrenome no comando da direita brasileira. O segundo é ser mesmo capaz de atacar o Supremo Tribunal Federal (STF) a partir do Senado, formando uma bancada realmente disposta a propor e a aprovar o impeachment de ministros da Suprema Corte. Como a turma do Centrão resiste a isso, vai ficando fora das alianças.

Lula Marques/Agência Brasil



Há lugar para o Centrão na chapa de Flávio?

Assim, Ibaneis vai sendo escanteado

É por aí que o governador Ibaneis Rocha (MDB) vai sendo escanteado do projeto no DF. Advogado, avalia-se que Ibaneis tem boas relações com nomes da Suprema Corte. Como senador, não se engajaria nos projetos de impeachment. Além disso, enrolado no caso Master/BRB, Ibaneis ficaria ainda menos inclinado a isso. Ainda mais por ter contratado como seu advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, advogado próximo do PT e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, integrante do grupo Prerrogativas.

Celina pode ser candidata sem apoio

É uma situação que pode gerar um quadro totalmente inusitado no DF. Ibaneis deve deixar o governo para disputar o Senado. A vice-governadora Celina Leão (PP) assume para disputar a reeleição. E poderia vir a ter uma candidatura sem o apoio do governador que sucedeu. Ibaneis voltou a considerar a candidatura do deputado federal Rafael Prudente (MDB).

POR
RUDOLFO LAGO

Arruda

Ou o PL agora cogita não mais apoiar Celina, mas o ex-governador José Roberto Arruda, que sairá candidato ao GDF pelo PSD. Na eleição de Ibaneis, o PL apoiou a candidatura ao Senado de Flávia Arruda. Mas Michelle rachou o apoio, ficando ao lado de Damares Alves (Republicanos), que acabou eleita.

Guga Lima

Flávia nem mais Arruda é. A ex-Arruda e ex-ministra da Secretaria de Governo de Jair Bolsonaro separou-se e casou-se com Augusto Lima, o popular Guga Lima, agora enrolado na crise do Banco Master. Foi Guga Lima que introduziu no Master o esquema de empréstimos consignados.

Complicou

O cenário no DF complicou-se de uma forma que ninguém preveria há um ano. Tudo parecia caminhar muito tranquilamente para que Celina Leão se elegeisse para o governo e Ibaneis ocupasse uma vaga para o Senado. Agora, não há mais garantia concreta nem para um nem para outro.

Centrão

Os casos de Santa Catarina e do DF vão jogando o Centrão num dilema. Ao mesmo tempo em que as pesquisas vão apontando para a viabilidade real da candidatura de Flávio Bolsonaro como adversário de Lula em outubro, os movimentos feitos da Papudinha por Jair Bolsonaro e sua família vão limitando as alianças estaduais.

Tempo

Por essa razão, os caciques do Centrão começaram a repetir que não têm pressa em fechar seus apoios nas eleições presidenciais. Se mesmo em unidades que deram maioria de votos para Bolsonaro em 2022, como Santa Catarina e DF, ensaia-se deixá-los de fora, porque precipitar uma decisão?

Palanque

É por aí que vai acenando o comandante do PSD, Gilberto Kassab. Por enquanto, seus três governadores pré-candidatos – Ronaldo Caiado, de Goiás; Ratinho Jr, do Paraná, e Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul – não apresentam grande viabilidade eleitoral. Mas Kassab garante a quem apoiar os palanques regionais.



Incertezas de Trump fazem Motta querer acelerar acordo

Congresso prioriza acordo Mercosul–UE

Análise da proposta deve ser único tema nos plenários

Por Beatriz Matos

O Congresso Nacional deve concentrar esforços nesta semana na análise do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia. A sinalização do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), é de priorizar o tema em meio às incertezas provocadas pela elevação de tarifas anunciada pelo presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump. A expectativa é que esta seja a principal — e possivelmente única — votação relevante do período.

Em publicação nas redes sociais, Motta afirmou: “Com as incertezas acerca da imposição de tarifas pelos EUA, resta ao Brasil lutar pela previsibilidade nas relações comerciais internacionais. Por isso, priorizaremos a votação do acordo Mercosul-UE nesta semana”. Ele também aproveitou a postagem para anunciar o deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP) como o relator da proposta.

Designado para conduzir o parecer na Câmara, Marcos Pereira afirmou que o Congresso terá papel decisivo, mas limitado, na tramitação do tratado. Segundo ele, por se tratar de acordo internacional, o texto não pode sofrer alterações, cabendo ao Parlamento apenas ratificá-lo ou rejeitá-lo.

O deputado também minimizou resistências políticas. De

acordo com o relator, o acordo não pertence a um campo ideológico específico, já que foi negociado ao longo de cerca de 25 anos, atravessando diferentes governos. Para ele, essa trajetória demonstra que o tratado representa um compromisso de Estado, e não de uma gestão pontual.

O acordo, assinado em 17 de janeiro, no Paraguai, começou a ser analisado pelo Congresso no último dia 10. A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) tem reunião marcada para esta terça-feira (24) para votar o parecer sobre a mensagem presidencial que formaliza o envio do tratado ao Legislativo. Caso avance, o texto seguirá para as comissões da Câmara e, posteriormente, ao plenário. Depois, ainda precisará passar pelo Senado.

Como se trata de um acordo internacional, o Congresso não pode alterar seu conteúdo, cabendo apenas aprová-lo ou rejeitá-lo por meio de decreto legislativo.

A decisão de acelerar a votação ocorre após Trump anunciar a elevação de tarifas globais para 15%. Na rede Truth Social, o republicano declarou que irá, “com efeito imediato, elevar a tarifa mundial de 10% sobre países, muitos dos quais vêm explorando os EUA há décadas, sem retaliação (até a minha chegada!), para o nível totalmente permitido e legal testado de 15%”.